

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   06   2022	15h10min	ORDINÁRIA	117

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Solicito ao Relator, Deputado Martins Machado, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais.

**PARECER 01 CAS**

**DEPUTADO MARTINS MACHADO (REPUBLICANOS. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 2.869/2022**, de autoria da Defensoria Pública do Distrito Federal, que “cria cargos comissionados no Quadro de Pessoal da Defensoria Pública do Distrito Federal”.

Sr. Presidente, o projeto respeita os quesitos de competência legislativa privada para legislar sobre atribuições de órgãos públicos, conforme o art. 64, § 1º, inciso II. A criação de novas funções comissionadas permitirá a criação de unidades internas com competência e atribuições específicas para o incremento do desempenho das novas atividades que surgirão no enfrentamento dos trabalhos diários, mas também nos vários núcleos de atendimento, valorizando os profissionais, razão pela qual o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.869/2022, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, especialmente o pessoal que está nos assistindo pela *TV Câmara Distrital*, prestem atenção ao que está sendo votado aqui. Eu duvido, Deputada Arlete Sampaio, que haja algum Deputado aqui que defenda a Defensoria Pública mais do que eu. Eu não posso permitir que a população seja iludida com uma

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   06   2022	15h10min	ORDINÁRIA	118

mentira. Não estão aqui querendo melhorar o atendimento. Se fosse para melhorar o atendimento, convocariam mais defensor público, que é quem está na ponta efetivamente fazendo a defesa; criariam mais pontos de atendimento; criariam mais carretas. Não, estão criando cargos. Quem vão nomear para esses cargos? Porque não é concursado. São os parentes do rei. Assim, nós votamos a favor do advogado dativo. Agora, estão colocando um penduricalho.

Tenho o maior respeito pelo Deputado Agaciel Maia, mas nós não discutimos aqui e não acordamos que, em seguida, iríamos votar cargo comissionado, não. Nenhum Deputado aqui votou sabendo que, em seguida, haveria votação de cargo comissionado. V.Exa., Sr. Presidente, não sabia disso, não. Não foi dito isso aqui, não. Em nenhum momento, falaram de cargo comissionado aqui. E não venha me dizer, Sr. Presidente, Deputado Rafael Prudente, que há critério para as nomeações. Cadê os critérios? Portanto, não venha me dizer que não vão ser nomeados cabos eleitorais, porque vão ser, sim, dos que estão próximos, dos candidatos, especialmente federais, de uma suposta base do governo.

Deputado Agaciel Maia, que é o maior defensor da Defensoria aqui, eu até acredito que V.Exa. não vai nomear ninguém, mas outros vão. E não vai ser por competência técnica, não, Deputado Agaciel Maia, porque, se fosse por competência técnica, seriam chamados os servidores concursados, seriam chamados os defensores concursados e os cargos técnicos concursados. Aí, sim, seria nomeação técnica.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   06   2022	15h10min	ORDINÁRIA	119

Por que esse frenesi de, no final do período legislativo, ter que votar isso aqui, nomeando tantos cargos? Para quê? Interessa a quem? Não interessa à sociedade. Quando é para falar...

(Soa a campainha.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Deputado Chico Vigilante, para concluir.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA – Para concluir. Quando é para falar de reajuste para os demais servidores,

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Deputado Chico Vigilante, para concluir.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA – Para concluir, quando é para falar de reajuste para os demais servidores, aí, é a maior dificuldade. Agora, quando é para nomear meia dúzia de cargos..., Deputado Reginaldo Sardinha, a gente sabe quem vão nomear e para que vão servir. Não é para atender a Dona Maria, que está lá sem pensão alimentícia; não é para atender o Seu José, que está precisando de um atendimento hospitalar. É para atender a outros interesses, que não são os interesses legítimos da sociedade.

Por isso, sou contra! E peço a esta Casa que derrote este projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra ao Deputado Leandro Grass.

DEPUTADO LEANDRO GRASS (PV. Sem revisão do orador.) – Na mesma linha do que já foi colocado aqui, Sr. Presidente, em primeiro lugar, vou falar dos problemas técnicos que o projeto tem, especialmente de não preenchimento das regras da Lei de

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   06   2022	15h10min	ORDINÁRIA	120

Responsabilidade Fiscal, especialmente no seu artigo XVI, como o Deputado Fábio Felix muito bem lembrou. Não tem autorização no Anexo IV da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Faltam impactos orçamentário e financeiro. Não tem também saldo suficiente para atender à criação de novos cargos, ou seja, do orçamento previsto na administração de pessoal. O projeto já é ruim por natureza, porque ele é mal elaborado e não vêm com os requisitos.

Agora, no mérito, assim como vários Deputados desta Casa, nós sempre defendemos a importância e a relevância do trabalho dos defensores públicos e de todas as carreiras da instituição Defensoria Pública do Distrito Federal.

Eu me lembro, Presidente, que, alguns meses atrás, qualquer projeto da Defensoria que chegava aqui, era uma luta, Deputado Fábio Felix, era uma dificuldade para a gente aprovar as coisas. Aí, de repente, o governo vira amigo da Defensoria. Inclusive, nomeia para a sua AG a antiga gestora do Fundo de Saúde.

De repente, o governo envia para esta Casa 82 cargos comissionados de livre provimento para a Defensoria Pública. Há alguma coisa diferente, não é? Eu acho que a gente precisaria, inclusive, fazer uma discussão sobre isso. Mudou a relação do governo com a Defensoria Pública. Parece que agora a Defensoria virou algo importante para o governo. Inclusive, ele está indicando pessoas que eram do seu secretariado.

Então, eu queria só registrar que a minha defesa pessoal – e é, por isso, que eu vou votar contrário a esse projeto – é que quem ocupa esses cargos sejam os concursados e, não, pessoas indicadas politicamente, seja lá por quem quer que seja,

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   06   2022	15h10min	ORDINÁRIA	121

seja lá por qualquer parlamentar, governador, qualquer pessoa que queira se ingerir politicamente na Defensoria. A Defensoria Pública não é cabide político. A Defensoria é instituição da sociedade para defender a sociedade, para garantir a segurança jurídica e o acesso à Justiça daqueles que mais precisam. Não é cabide de emprego.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia. Em seguida, concederei ao Deputado Fábio Felix.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu respeito demais o Deputado Leandro Grass. É um dos Deputados mais preparados tecnicamente, mas não foi o Governador Ibaneis quem mandou o projeto. Quem manda o projeto é a própria Defensoria, porque, pela autonomia da lei, ele é quem manda o projeto.

A discussão sobre a necessidade de atendimento... A gente sempre faz a defesa, Deputado Fábio Felix, de que a Defensoria Pública, ao mandar elaborar um projeto, ela tem a responsabilidade, ela sabe o que está fazendo.

Nos aspectos orçamentários, essas exigências estão cumpridas. Nós não acreditamos que um defensor nem a Defensoria, porque tem um sindicato forte e tudo, vai fazer mal uso dessa estrutura de cargos. Nós temos algumas limitações. Porque fazer o discurso de que o servidor tem que ser concursado... Primeiro, tem-se que criar as regras para que se chamem os concursados. Nós estamos criando regras para se chamarem mais 60 defensores, se chamarem os analistas.

É importante dizer, Deputado Fábio Felix, que nós confiamos na diretoria da Defensoria. E eu, como servidor de carreira, confio que esses cargos, a maioria deles

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   06   2022	15h10min	ORDINÁRIA	122

será para valorizar, futuramente, os próprios servidores concursados, porque nós sabemos que os cargos comissionados podem ser ocupados pelo servidor efetivo, como também pelo servidor que preenche os pré-requisitos para assumir esses cargos. Portanto, eu acho que a Defensoria tem essa responsabilidade e tem essa necessidade.

Portanto, no âmbito desta Comissão, quando o projeto chegar para eu dar parecer, eu darei parecer favorável.

tem essa necessidade. Portanto, no âmbito desta comissão, quando chegar para dar parecer, darei parecer favorável.

É isso, Presidente. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra ao Deputado Fábio Felix.

DEPUTADO FÁBIO FELIX (PSOL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados...

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO FÁBIO FELIX (PSOL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o item nº 198, que é o PL nº 2.869/2022, acabou de chegar a esta Casa.

Temos, primeiro, problemas técnicos no projeto de lei. Espero que a cúpula da Defensoria Pública, que está presente no plenário, saiba que o Tribunal de Contas do Distrito Federal vai fiscalizar, inclusive, o formato e a forma como um PL como esse é enviado.

Não há autorização prevista no Anexo nº 4 da LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, não há estimativa do impacto orçamentário e financeiro, não há

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   06   2022	15h10min	ORDINÁRIA	123

declaração do ordenador de despesa atestando que a proposta atende aos requisitos da Constituição Federal e da Lei Orgânica do Distrito Federal. O projeto tem problemas técnicos muito evidentes para ser votado hoje.

Segundo, eu queria entender melhor os dados do projeto, porque toda esta Casa é sensível a ele. Qualquer defensor e defensora sabe que os Deputados que mais lutaram contra os advogados dativos fomos nós, da Oposição, que defendemos a Defensoria Pública. Qualquer um sabe que os Deputados que mais lutam por nomeação sempre, de analistas e defensores – são vários Deputados –, somos nós, da Oposição. (Palmas.)

Esse PL não trata de nomeação. Ele trata de cargos comissionados. Não se enganem aqueles que lutam por nomeação, porque ele vai atrapalhar a nomeação futura. Ele vai utilizar orçamento que, de alguma forma, vai atrapalhar, sim, nas negociações com o governo, a nomeação. Então, aqueles que querem ser nomeados tinham que ser contra, nesse contexto, a esse projeto de lei.

Por último, Presidente, precisamos discutir a finalidade. Eu queria dizer, muito generosamente, diretamente aos meus colegas que estão aqui, hoje, representando a Defensoria Pública, que queremos saber qual é o cargo que vai sair de DF-07 para CNE-4. O Legislativo é para isto: transparência e debate.

Não tivemos tempo hábil. Conversei com um defensor que veio me falar do projeto de boa-fé. Tenho muito respeito pela gestão da Defensoria Pública. Não há nenhum problema com a gestão da Defensoria Pública, mas quero entender como é

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   06   2022	15h10min	ORDINÁRIA	124

que isso vai valorizar os defensores. Quero entender quantos cargos novos são criados. São cem, oitenta, sessenta? Fora os que vão ser valorizados na reestruturação.

A sociedade quer entender. Estamos votando esse projeto no escuro, hoje. Não há condições, Presidente, de esse projeto ser aprovado. É uma “tratorada” do cargo comissionado, nesta Casa, sem tempo para discussão, sem cumprimento de prazo nas comissões, sem diálogo com a sociedade. Não podemos votar dessa forma.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Para concluir, Deputado Fábio Felix.

DEPUTADO FÁBIO FELIX (PSOL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sou defensor ativo da Defensoria. Inclusive, lutei contra os dativos para valorizar a Defensoria, mas precisamos debater isso com mais clareza.

(Soa a campainha.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PV. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Senhoras e senhores, esse projeto cria 82 cargos comissionados com CNE-4. Digo a vocês, que estão na galeria, que um CNE-4 custa aos cofres públicos R\$8.925,00 (oito mil novecentos e vinte e cinco reais). Isso não é um cargo, isso é uma mãe. É uma mãe! Quero saber quem é que está por trás desses cargos.

E digo mais: vamos deixar de conversa fiada aqui. Esse projeto de lei é irmão siamês do projeto de lei da advocacia dativa. Houve um acordão político imoral, promíscuo, entre a OAB – Ordem dos Advogados do Brasil, o governo e alguns

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   06   2022	15h10min	ORDINÁRIA	125

membros da Defensoria Pública. É promiscuidade! Isso aqui é um toma-lá-dá-cá. Isso aqui é uma troca para aqueles da advocacia dativa que foi aprovado.

Sou professor de curso preparatório para concurso público, sou servidor público concursado, sou defensor da meritocracia do concurso público e não vou engolir isso aqui. A sociedade não vai aceitar isso também. A prerrogativa é da Defensoria Pública, mas isso aqui tem o carimbo do governo e de gente do governo que, inclusive, tem parente candidato a cargo proporcional. Essa é que é a verdade.

Esse projeto de lei é irmão siamês

Esse projeto de lei é irmão siamês, na promiscuidade, do Projeto da Advocacia Dativa. Não deve ser votado, porque isso é uma imoralidade, é um desrespeito, inclusive, à autonomia da Defensoria Pública. Quer trabalhar no serviço público, em carreira típica de Estado, estude e passe no concurso público! Não venham com essas promiscuidades aqui na Câmara Legislativa!

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Júlia Lucy. Em seguida, ao Deputado Delmasso.

DEPUTADA JÚLIA LUCY (UNIÃO. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, demais presentes, os meus colegas já apresentaram aqui os problemas do projeto. Quando a gente fala de criação de cargo, está falando de uma despesa de caráter continuado, porque ela vai durar mais de dois anos. É exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal que seja apresentado o impacto orçamentário e financeiro no exercício financeiro presente e nos próximos dois. Sem uma alteração no projeto de

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   06   2022	15h10min	ORDINÁRIA	126

agora, bem como no projeto da LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, não temos segurança jurídica para aprová-lo aqui.

Fora isso, também faltaram algumas informações sobre a quantidade desses cargos, bem como o impacto geral que esse projeto vai trazer. Estamos tratando de um projeto no escuro. Quero destacar que já aprovamos a criação de cargos comissionados na Defensoria, este ano. Por que está sendo apresentado de novo? Qual o estudo que foi trazido para a Câmara Legislativa, mostrando a necessidade de mais cargos que sabemos que não precisam ser ocupados por servidores de carreira?

Que fique claro que esta fala não é contra a Defensoria. Estamos do lado da dela, mas somos a favor da moralidade do projeto que chegou à Câmara Legislativa, e ele precisa de aperfeiçoamento.

Aproveito este momento para dizer que os analistas da Procuradoria do Distrito Federal precisam ser lembrados pelo governo, porque o projeto já foi encaminhado à Secretaria de Economia, com um impacto extremamente baixo, e aprovamos uma emenda da nossa autoria que prevê, dentro da LDO, a absorção desse impacto.

Estou aqui ao lado desses servidores. Quem cuida desse suporte para atividade fim precisa ser cuidado também. Esta Câmara e o governo são muito rápidos para cuidar dos procuradores, mas as carreiras de assistência, o governo ignora. É como se não houvesse a necessidade de cuidar do intermediário.

Para quem entende de gestão pública, é flagrante a falta de consideração não com os servidores, mas com o serviço da Procuradoria. Quero, inclusive, destacar que, se não fosse o trabalho da Procuradoria da Fazenda, não teríamos aumentado a

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   06   2022	15h10min	ORDINÁRIA	127

arrecadação, por exemplo, da dívida ativa. A arrecadação aumentou porque esses servidores implementaram métodos aprimorados para terem acesso a esse recurso que, até então, estava inalcançável pelo Estado.

Peço, neste momento, sensibilidade da equipe do governo, da Liderança do governo, para que nos encaminhe esse projeto da Secretaria de Economia, porque, às vezes, a sensação que dá é que só existe Defensoria Pública, e não é, gente. Temos outras carreiras extremamente importantes que precisam ser contempladas também.

Obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Delmasso. Em seguida, vamos votar. Peço que sejam mais breves nos pronunciamentos, pelo avançado da hora.

DEPUTADO DELMASSO (REPUBLICANOS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, demais Deputados e Deputadas, acho que, na vida política, a gente preza pela coerência. Li a justificativa do projeto, que diz que a criação desses 84 cargos CNE-4 faz parte de um processo de reestruturação da Defensoria Pública.

Eu queria fazer uma proposta ao Defensor Público-Geral, que está aqui na minha frente.

Defensor, V.Exa., que preza pela transparência

defensor público-geral, que está aqui na minha frente. Defensor, V.Exa. que preza pela transparência, pela legalidade, pela boa aplicação do serviço público, faço a proposta ao senhor para que retire esse projeto e encaminhe a esta Casa um de reestruturação da Defensoria Pública.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   06   2022	15h10min	ORDINÁRIA	128

Eu não quero aqui demonizar cargo comissionado. Eu não quero aqui demonizar dizendo que cargo comissionado é o câncer da administração pública, porque para mim não é. Mas, se é um projeto de reestruturação, é importante, senhor defensor, que esta Casa e a população brasiliense saibam para onde vai cada cargo. Ora, são 82 ou 84 cargos de natureza especial, dando à Defensoria Pública, vamos dizer assim, um cheque em branco, para que ela possa remanejar para onde for. Eu acredito que da mesma forma como em vocês nós confiamos, vocês também podem confiar em nós.

Por que não se encaminha um projeto de reestruturação global, criando esses cargos comissionados? Atendendo, por exemplo, o apoio administrativo, como foi muito bem dito pela Subsecretaria de Administração Geral – SUAG, da Defensoria Pública. É importante que a gente saiba que não dá, senhor defensor, para nós votarmos aqui criando 84 cargos comissionados. Sabe por quê? Porque a população, lá fora, vai entender que os Deputados que votarem favoravelmente negociaram com a defensoria pública a nomeação desses cargos. E não adianta balançar a cabeça, porque esse é o entendimento que vai ser colocado amanhã na imprensa. Porém, quando se vota com transparência, quando se vota numa reestruturação séria de toda a defensoria, colocando cargo por cargo, ação por ação... Não queremos saber quem vai ser nomeado, mas é importante, senhor defensor, que haja transparência. Se vai haver desmembramento desses cargos, para onde eles vão? Por que não se encaminhou um projeto completo? Por que não se encaminhou quantos cargos serão destinados para o gabinete do defensor? Quantos cargos serão destinados para o

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   06   2022	15h10min	ORDINÁRIA	129

atendimento da Suag? O que é importante, porque a área meio precisa ter servidor, sim, para trabalhar. Quantos cargos, Deputado Chico Vigilante, vão ser colocados nos núcleos da defensoria pública?

Para concluir, Sr. Presidente, mais uma vez, não quero aqui demonizar cargo comissionado. Mas, por coerência e por transparência, peço que S.Exa. atenda a esse clamor, retire esse projeto, prepare um que faça a reestruturação inteira da defensoria e eu serei o primeiro a vir a esta tribuna defender essa reestruturação, porque a Defensoria Pública precisa, sim, ser valorizada, mas não dá para votarmos as coisas da forma como estão. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Peço à Assessoria da Mesa que abra o painel de votações.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o parecer; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito às Sras. e aos Srs. Deputados que registrem o voto nos terminais.

Votação aberta.

(Procede-se à votação pelo processo eletrônico.)

**PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Votação encerrada.**

**A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 9 votos favoráveis, 7 votos contrários e 1 abstenção. Houve 7 ausências.**

Está aprovado o parecer da Comissão de Assuntos Sociais.